

MIMESIS, REFERÊNCIA E REFIGURAÇÃO EM TEMPO E NARRATIVA¹

*Mimesis, référence et refiguration
dans et Temps et récit*

Paul Ricoeur

É um prazer para mim aproveitar a oportunidade que me oferece o *Centre d'Études Phénoménologiques* [Centro de Estudos Fenomenológicos] de Louvain-la-Neuve para discutir o ponto mais controverso da minha análise da função narrativa, em suas duas principais formas: a *narrativa*² histórica e a narrativa de ficção (da epopeia ao romance moderno). Para dar início à discussão, escolhi como tema a transição entre o que chamo de “configuração narrativa” (a saber, a organização interna de um texto narrativo com base em códigos identificáveis pela análise estrutural) e “refiguração narrativa” (ou seja, o poder da narrativa de reorganizar nossa experiência temporal, no duplo sentido de pôr a descoberto as profundezas dessa experiência e transformar sua orientação). Essa passagem da configuração interna de um texto à refiguração que ele exerce fora de si mesmo poderia ser colocada sob o título de “referência”, termo tomado emprestado do ensaio bem conhecido de Frege *Sinn und Bedeutung* (que foi traduzido muitas vezes como *Sentido e Referência*). Gostaria de expor

1 Título original *Mimèsis, référence et refiguration dans Temps et récit*. Texto originalmente publicado na Revista *Études phénoménologiques*, nº 11, Editions Ousia, Bruxelles, 1990, p. 29-40. Tradução: Roberto Roque Lauxen e Cristina Henrique da Costa. Os tradutores agradecem a gentileza da família Ricoeur, na pessoa de Nathalie Ricoeur-Nicolaï, pela autorização da tradução portuguesa deste artigo para o “Dossiê: Paul Ricoeur e a tradição literária”, da *Revista Alere*. Informamos que todos os direitos da tradução deste artigo são reservados ao *Fonds Ricoeur*.

2 Optamos por traduzir *récit* pelo substantivo feminino “narrativa” ao invés do sentido literal “relato” [n. t.].

as razões pelas quais, no decorrer do meu trabalho sobre a narrativa, senti a necessidade de abandonar esse termo. Ele me parece hoje muito dependente da análise proposicional realizada no âmbito de uma semântica lógica onde a prioridade é dada ao discurso descritivo sobre o que eu chamava ainda em *A metáfora viva* de redescrição. O problema colocado pelo que chamo hoje de refiguração parece-me exceder as restrições do emprego do termo “referência”.

Na verdade, o problema da refiguração surge desde as primeiras páginas do primeiro Volume de *Tempo e narrativa*, onde uma dupla hipótese é colocada: a saber, que é função da narrativa articular nossa experiência do tempo e, inversamente, que o tempo é trazido à linguagem pela narrativa. A presumida reciprocidade entre o discurso narrativo e a experiência temporal coloca desde logo a questão da referência ou da refiguração. Para retomar o vocabulário de Aristóteles na *Poética*, o que está em jogo é a função *mimética* da narrativa.

Aqui devemos recordar a definição bem conhecida da trama³ em Aristóteles por *mimèsis praxeos*, que traduzo por imitação criativa do campo prático. O que significa *mimèsis*? Toda a discussão depende da resposta dada a esta questão.

No meu trabalho anterior sobre a metáfora encontrei uma dificuldade comparável. Arrisquei-me então a falar de “referência metafórica” para designar aquilo que na linguagem poética convida a uma espécie de “ver-como”, ou seja, nos encoraja a ver as coisas “como” elas são metaforicamente descritas. Fui então levado a caracterizar a metáfora e a linguagem poética em geral como uma redescrição da experiência da realidade. Cheguei mesmo ao ponto de sugerir que o nosso sentido do ser deve ser metaforicamente reinterpretado, na medida em que o “ser-como” está relacionado com o “ver-como”. O parentesco entre *A metáfora viva* e *Tempo e narrativa* é nesse aspecto muito estreita. Ambas as obras partilham a mesma

3 Optamos por traduzir *intrigue* por “trama” ao invés do sentido literal “intriga”, e *mise en intrigue* por “composição da trama” [n. t.].

convicção de que a linguagem, em última análise, sempre *diz respeito a* algo, ao que existe. E isso, mesmo quando ela assume a aparência de um jogo, onde ela não faz nada além de celebrar a si mesma. A significação atribuída a esta convicção pode ser expressa nos seguintes termos: se é verdade que todo o uso da linguagem se baseia numa distância entre os signos e as coisas, isso implica, além disso, a possibilidade de se manter a serviço das coisas que pedem para serem ditas, e, assim, tentar compensar a distância inicial por uma maior obediência à demanda de discurso que surge da experiência em todas as suas formas. Neste sentido, a metáfora e a narrativa me parecem as duas como formas paralelas de um emprego da linguagem onde, de uma parte, o afastamento entre os signos e as coisas é levado à vizinhança do seu ponto de ruptura, e onde, de outra parte, o esforço para reparar esta brecha é levado aos seus limites por um serviço cada vez mais intenso e cada vez mais dissimulado atribuído à realidade.

Na verdade, esta é a convicção que definitivamente está em jogo no empreendimento conjunto dessas duas obras.

Dando mais um passo, gostaria agora de salientar o que *Tempo e narrativa* acrescenta a *A metáfora viva*, obra na qual minha teoria da redescritção é enunciada de forma um tanto abrupta à maneira de uma curto-circuito entre a expressão linguística e a realidade que ela exprime, ou, poderíamos dizer, entre “ver-como” e “ser-como”.

Em *Tempo e narrativa*, a transição entre configuração e refiguração é preparada e construída através de uma sequência cuidadosa de etapas. O caminho é preparado pela primeira vez na primeira parte do Volume I, construído sobre o que me pareceu ser uma notável correspondência entre a estrutura do tempo segundo Agostinho e a estrutura da trama segundo Aristóteles. Uma correlação surpreendente me apareceu entre o *distentio animi* de Agostinho e a *peripeteia* de Aristóteles, o que me levou a tratar o tempo em Agostinho como uma espécie de discordância concordante, fazendo face à concordância discordante da trama em Aristóteles. Essa relação, onde a posição de um aparece como imagem invertida da posição do outro, é o que me encorajou a procurar em toda relação entre a

atividade narrativa e a experiência temporal uma afinidade fundamental que ultrapassa o caso particular do parentesco estrutural entre as duas obras, fossem elas as *Confissões* de Agostinho e a *Poética* de Aristóteles. Por outras palavras, pareceu-me que na confrontação dessas duas obras estava em jogo algo mais do que uma simples comparação que se poderia considerar artificial ou arbitrária.

Mais um passo é dado em direção à minha demonstração da transição entre configuração e refiguração narrativa com a tentativa de reconstruir a noção aristotélica de *mimèsis* em uma tripla base. *Mimèsis I* designa a pré-compreensão na vida cotidiana do que um autor nomeou bem a qualidade narrativa da experiência; entendendo por isso o fato de que a vida, e mais ainda a ação, como o exprime de modo brilhante Hannah Arendt, exige ser narrada, *Mimèsis II* designa a autoestruturação da narrativa com base em códigos narrativos internos ao discurso. Nesse nível, *Mimesis II* e *muthos*, ou seja, a trama, ou melhor, a configuração da trama, coincidem. Por fim, *Mimèsis III* designa o equivalente narrativo da refiguração da realidade por meio da metáfora. Também destaco com grande precisão o papel mediador exercido neste ponto pela leitura, aspecto que me escapou em *A metáfora viva*.

Em suma, este é o ponto de partida de *Tempo e narrativa I* para a resposta à pergunta colocada no início. No entanto, o essencial da minha resposta encontra-se nos volumes II e III.

A maioria dos meus leitores certamente concordarão comigo que não me dei a tarefa fácil ao dedicar um lugar tão considerável à configuração *interna* da narrativa, primeiro no restante do Volume I, referente ao tempo histórico, e em todo o Volume II, referente à narrativa de ficção. Vasto é o espaço consagrado à questão de saber se os mesmos códigos narrativos se encontram em ambas as formas narrativas. Também dedico muito tempo ao exame das relações entre compreensão e explicação na historiografia, e às relações comparáveis entre a inteligência narrativa e sua reconstrução em função da racionalidade estrutural subjacente à codificação da narrativa de ficção. Para retomar o vocabulário introduzido

mais acima, diria que muita energia é gasta explorando a *distância* entre signos e coisas, seguindo tão longe quanto possível a ideia de autoestruturação da narrativa com base em sua codificação interna. Poderíamos ter ido mais longe, pergunto, no que diz respeito à dicotomia entre sentido e referência, ou, como prefiro dizer hoje, entre configuração e refiguração?

A abordagem inversa dessa distância para sua reparação pela refiguração é realizada a partir desse ponto de quase ruptura através de uma série de etapas muito distintas.

A primeira etapa repousa sobre a aplicação a nossas duas formas do discurso narrativo — história e ficção — de uma análise intencional realizada no estilo husserliano. Nesta fase, o referente conserva o estatuto de transcendência imanente que Husserl concede ao objeto “visado”, contanto que não assumamos qualquer compromisso ontológico com o seu objeto e que, além disso, operemos uma *epoké* (ou redução) que afeta a “tese do mundo na escala das coisas em geral”. É nesse estágio que correspondem os capítulos que concluem o Volume I e II, que tratam respectivamente da narrativa histórica e de ficção. Portanto, supõe-se que esses dois capítulos se correspondam um ao outro. Do lado da história, mostro que os historiadores visam entidades de primeira ordem, que caracterizo, seguindo Maurice Mandelbaum, como entidades coletivas dotadas de uma existência contínua ao longo do tempo. Na escola francesa dos *Annales*, para dar apenas um exemplo, encontramos, correspondente a essas entidades coletivas, a “longa duração”, cara a Fernand Braudel, que se preocupa mais com as civilizações do que com os estados-nação, assim como faz Hegel e a escola alemã da historiografia. Surge então a difícil questão da “realidade” do passado histórico no nível ontológico; deixei essa questão de lado na segunda parte de *Tempo e Narrativa I*, para abordá-la de frente no último volume. Mas, como eu disse, o capítulo final do Volume II, dedicado ao que chamo de “experiência temporal fictícia”, é suposto corresponder a essa primeira discussão sobre o tempo histórico. Minha tese aqui é que, em cada um dos três romances que discuto (*Mrs. Dalloway*, de Virginia Woolf, *A montanha mágica*, de Thomas Mann, *Em busca do tempo perdido*, de

Proust), o texto se projeta além de si mesmo, ou, como eu preferia dizer, à frente de si mesmo, por meio de uma simulação da experiência vivida, simulação que tem suas próprias formas complexas de temporalidade; trata-se também de simular uma experiência que poderia ser a nossa. Uma tal experiência fingida é irreduzível ao jogo puramente interno do texto, como dizia Gérard Genette. Ela não se realiza nem dentro nem fora, mas, por assim dizer, entre os dois. Seu estatuto epistemológico é o de um objeto intencional. Além disso, essa experiência deve sua quase autonomia em relação às estruturas internas do texto a todos os horizontes potenciais que, para usar a terminologia husserliana, tendem a desenhar um mundo, um mundo fictício certamente, mas ainda assim um mundo. É esse “mundo do texto” que, em última análise, é oferecido para apropriação crítica pelos leitores.

O “como se” dessa experiência ficcional, e de qualquer experiência retratada por meios narrativos em geral, é reforçado pela estranha relação que os eventos narrados mantêm com a “voz” do narrador, voz que não é a voz direta do autor, mas sim a de um de seus disfarces. Graças a essa “voz narrativa”, a história narrada parece pertencer à memória de alguém que “fala” no e através do texto. Essa pode ser uma das razões, senão a razão principal, pela qual as narrativas de ficção são mais frequentemente escritas em um tempo passado, ainda que não se enquadrem no tempo do calendário que rege a historiografia e a vida quotidiana. Em vez disso, a voz narrativa tem seu próprio tempo e seu próprio passado, dos quais surgem os eventos narrados.

Este papel mediador do mundo do texto é sem paralelo em *A metáfora viva*; é por isso que falei mais acima de uma espécie de curto-circuito entre o “ver-come” e o “ser-come” neste livro, como se a linguagem saltasse diretamente para além de si mesma para deixar sua marca em nossa experiência viva. É característico de *Tempo e narrativa* introduzir, como transição inicial entre configuração e refiguração, esse mundo projetado que a obra intencionalmente visa, mundo capaz de entrelaçamento com o mundo do leitor e com a experiência cotidiana que se conecta com esse

mundo efetivo. Em outras palavras, a refiguração procede de um mundo para outro mundo, de um mundo fictício para um mundo real através de um mundo potencialmente real.

A segunda etapa na resolução do problema da refiguração é operada no Volume III em conexão com uma longa discussão sobre o estado presente da *fenomenologia* do tempo. Essa revisão leva a uma conclusão aporética, a saber, que existe uma dicotomia entre as duas perspectivas principais sobre o conceito de tempo; a primeira baseada na cosmologia, a outra na fenomenologia da experiência interna. Minha própria contribuição para essas discussões, das quais não posso dar uma ideia suficientemente desenvolvida aqui, é a de sugerir que essas duas perspectivas se excluem mutuamente e, fato mais embaraçante, que são incapazes de dar conta uma da outra nos termos que são próprios a cada uma. Permitam-me, no entanto, tentar dar aqui uma ideia sumária do que está em jogo nessa discussão, isolando uma aporia ligada ao duplo sentido da palavra “agora”. De um lado, “agora” designa qualquer interrupção na continuidade do tempo cosmológico e, como tal, pode ser representado por um ponto sem extensão. De outro lado, “agora” significa o presente vivido, rico do passado recente e do futuro iminente. Não há nenhuma conexão lógica necessária entre essas duas interpretações do “agora”. Essa aporia, que nenhuma fenomenologia do tempo é capaz de resolver, segundo minha tese, e que peço que admitam ao menos como uma hipótese plausível, levanta o problema decisivo aos meus olhos, que é saber em que medida a narrativa consegue, se não resolver essa aporia especulativa, ao menos dar-lhe uma resposta criativa que torne essa aporia produtiva.

É tarefa de uma *poética* da narrativa propor sua resposta a essa questão, como contrapartida à aporética da temporalidade. Assim, a segunda parte do volume III — que é também a mais extensa — é dedicada às contribuições respectivas da historiografia e da narrativa de ficção à correlação entre a poética da narrativa e a aporética da temporalidade. Dessa discussão resulta uma transformação importante em relação à correlação invocada no início entre a narrativa, como guardiã do tempo, e

o tempo, como contrapartida de toda narração. O problema da referência sofre uma transformação semelhante. Ele se conecta agora com a capacidade própria a cada forma de narrativa para responder e corresponder às aporias de nossa experiência do tempo. A historiografia e a ficção, é preciso ressaltar, quando consideradas do ponto de vista de sua pretensão de verdade à luz dessas aporias, enfrentam os enigmas da temporalidade com meios diferentes e mesmo opostos. Assim, pertence à genialidade da história construir uma espécie de temporalidade mista — um terceiro tempo, podemos dizer, o tempo histórico — entre o tempo cosmológico e o tempo fenomenológico. Este terceiro tempo baseia-se na construção de conectores específicos entre as duas formas de tempo, com o tempo “calendário” servindo como modelo e matriz para este terceiro tempo. As duas interpretações do “agora” como instante pontual e como presente vivido encontram-se agora ligadas pelo fenômeno da *datação*, graças ao qual cada novo presente recebe um lugar no sistema de datas estabelecido pelo calendário — a data inicial, o ponto zero do calendário, servindo como evento fundador na intersecção do instante cosmológico e do presente fenomenológico. Qualquer pretensão à verdade do conhecimento histórico está, portanto, submetida às restrições impostas pelo calendário sobre a noção de prova documental. E é em contraste com essa restrição que o tempo da ficção ganha sentido. Ao neutralizar as restrições do tempo do calendário, bem como aquelas da prova documental solidária com o tempo histórico, as narrativas de ficção estão abertas a todos os tipos de “variações imaginativas” decorrentes das combinações em número aparentemente ilimitado entre os aspectos cosmológicos e fenomenológicos da temporalidade. A ficção é, portanto, livre para explorar as inúmeras propriedades qualitativas do tempo no nível da imaginação. Por exemplo, qualquer coisa que escape do aspecto puramente linear da sucessão pode, por esse meio, ser elevada ao estatuto narrativo. E, falando de modo geral, a refiguração do tempo tem lugar no nível do que chamei acima as experiências ficcionais do tempo, tais como são encontradas, por exemplo, no romance moderno. Assim, um vínculo virtual é estabelecido entre a

ficção e a experiência viva favorecendo uma meditação sobre as aporias da temporalidade às quais as variações imaginativas das narrativas de ficção fornecem uma resposta criativa. Isso também nos ajuda a compreender melhor a caracterização da ficção como uma espécie de laboratório para experiências de pensamento onde a imaginação “testa” soluções plausíveis para os enigmas da temporalidade.

Essa consideração do tempo histórico e do tempo ficcional, e seus intercâmbios, constitui a segunda etapa no caminho de uma reformulação aceitável do conceito de referência aplicado à narrativa, incluindo a narrativa de ficção. As narrativas históricas e de ficção têm agora em comum o mesmo referente: as aporias da temporalidade. Essas aporias conferem à história e à ficção uma espécie de comensurabilidade. Assim se explica o fato de que a ficção não parece menos comprometida com a vida real do que a história. Esta pretende ser a verdade sobre o que “realmente” aconteceu; aquela, com relação ao que poderia ter acontecido; desse modo, elas alcançam cada uma à sua maneira as camadas mais impenetráveis e mais dissimuladas de nossa experiência temporal. Nesse sentido, eu acrescentaria, o romancista não se sente menos *em dívida* com a realidade do que o historiador. Livre das restrições do tempo do calendário e da prova documental, o romancista se compromete a “retribuir” (tanto no sentido de retratar quanto de pagar uma dívida) os traços principais do mundo que se perfilam no horizonte de sua obra. Podemos até colocar a questão: qual dos dois está mais endividado?

A próxima tarefa é mensurar o papel atribuído ao ato da leitura na transição da configuração estrutural para a refiguração mimética. Como mencionei acima, não levei em consideração esse papel mediador em *A metáfora viva*, enquanto em *Tempo e narrativa* ele serve como pedra angular da minha reconstrução do conceito aristotélico de *mimêsis*. No ato da leitura se entrecruzam o mundo do texto e o mundo do leitor. O mundo do texto é um mundo imaginário, mas assume o estranho estatuto da transcendência na imanência. O mundo do leitor é real, mas exposto ao poder de remodelação proveniente da esfera do imaginário.

Permita-me introduzir este tema citando uma passagem famosa de Proust. Falando de seus futuros leitores, o narrador de *Em busca do tempo perdido* exclama: “Pois eles não seriam, em minha opinião, meus leitores, mas os próprios leitores de si mesmos, sendo meu livro apenas uma espécie de lentes grosseiras como aquelas que o óptico de Combray oferecia a um comprador, graças ao qual eu lhes forneceria os meios para ler dentro de si mesmos” (Pléiade III, p. 1033).

Essa função atribuída à leitura tem uma longa história. Erasmo escreveu: *lectio transit in mores* [A leitura se transforma em hábitos]. Mais recentemente, Erich Auerbach deu como subtítulo à sua bem conhecida obra *Mimêsis*: “A representação (*Darstellung = exhibitio*) da realidade na literatura contemporânea”. Ainda mais recentemente, Hans-Georg Gadamer fez da aplicação (*Anwendung*) e da apropriação (*Aneignung*) o estágio final do processo hermenêutico. Assim, abre-se caminho para uma reinterpretação da *mimêsis* como um processo revelador e transformador da práxis cotidiana. Nesse sentido, o ato de leitura abrange a segunda metade do percurso do texto, sendo a primeira constituída pela projeção do mundo do texto diante dele mesmo. Mais precisamente, não se trata aqui de dois segmentos extrínsecos de um mesmo processo, na medida em que o leitor já é quem acompanha e dirige o ato configurador que dá forma à estrutura interna do texto. Sem projeto de apropriação, não haveria nem esse desdobramento de um mundo além do texto, nem o efeito do texto no mundo do leitor. Em outras palavras, os “efeitos” engendrados por uma narrativa contribuem para sua significância. A “história dos efeitos”, *Wirkungsgeschichte* de Gadamer, está dialeticamente ligada à história da recepção de uma obra.

Tendo em mente a longa história do conceito de *mimêsis*, podemos desenvolver da seguinte maneira o tipo de dialética que se deixa enquadrar entre a história dos efeitos e a história da recepção de uma obra literária, seja ela histórica ou ficcional. Podemos falar de dialética na medida em que o fenômeno chamado leitura pode ser abordado por dois lados opostos. De um lado, temos a estratégia de persuasão empregada

pelo autor, que faz do leitor o alvo dessa estratégia. Como demonstraram Wayne Booth e Dorit Cohn, o autor dispõe desse privilégio especial de poder ler diretamente as almas, as mentes transparentes (D. Cohn) de seus personagens. Este poder se depara com a “willing suspension of disbelief” [“suspensão voluntária da incredulidade”] de que falava Coleridge, que não parece oferecer qualquer resistência ao poder de ilusão que a estratégia de persuasão engendra. Mas essa estratégia de persuasão também tem um efeito contrário que tende a inclinar a balança na outra direção. Ao recorrer ao dispositivo que Booth denomina o “narrador não confiável” (*unreliable*), a retórica da dissimulação e da ironia, tão fortemente representada na literatura contemporânea, tende a instituir uma estratégia de desfamiliarização (*défamiliarisation*) oposta à da persuasão. A leitura torna-se então um campo de confrontação entre autor e leitor, ambos trazendo recursos contrários para esse combate. É verdade que a abordagem oposta por uma estética da recepção, tal como ensinada por Wolfgang Iser e Hans-Robert Jauss, faz com que a resposta do leitor ao texto apareça como uma atividade altamente elaborada, estruturada por *expectativas* pessoais e coletivas. Longe de ser simplesmente moldada pela obra, a perspicácia do leitor se empenha em descobrir a incompletude de um texto, suas lacunas ou o que Roman Ingarden chamou de “lugares de indeterminação” (*Unbestimmtheitsstellen*). A partir disso, seríamos tentados a dizer que é o leitor o único que elabora as frases no texto e que o objeto literário é constituído pela própria atividade de ler. Sem ir tão longe, prefiro dizer que o que chamamos de *obra* é a produção conjunta do texto e do leitor. De um lado, a obra afeta o horizonte de expectativas sob o qual o leitor aborda o texto. De outro, essas expectativas fornecem a chave hermenêutica do processo de leitura tal como ele se desenrola.

Em qualquer caso, onde quer que o equilíbrio entre texto e leitor se realize, o ato de leitura constitui para mim o meio decisivo através do qual os leitores começam a “ler dentro de si mesmos”, como o narrador de *Em busca do tempo perdido* esperava dos leitores da obra que ele projetava. É através desse meio que se opera a transferência da estrutura da configuração

narrativa para sua refiguração e, por meio dela, a transformação da ação humana passada e futura.

No final desta breve revisão das prudentes etapas percorridas em *Tempo e narrativa* na esperança de tornar mais plausível o conceito de refiguração mimética, permita-me concluir com uma última sugestão. Se a refiguração por meio da narrativa depende, de fato, do poder do mundo do texto de revelar e transformar o mundo do leitor, então o conceito de “real”, aplicado de um lado ao passado histórico e, de outro, ao tempo da ficção, precisa ser inteiramente reavaliado e reformulado, sem que se relaxe, ademais, o longo combate com as aporias da temporalidade.